

NOGUEIRA, Mônica. 2017. *Gerais a dentro a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. Brasília: Mil Folhas. 240 pp. (Coleção Mil Saberes).

Sébastien Carcelle

Doutorando no Laboratoire D'Anthropologie Sociale/EHESS
sebastien.carcelle@ehess.fr

Colocando-se nos passos de Riobaldo, o famoso personagem de João Guimarães Rosa, Mônica Nogueira convida-nos a renovar a travessia no grande sertão do Norte mineiro. Como o título do livro sugere, a autora leva-nos a entender, desde dentro, o que podem ser as representações dos Geraizeiros sobre o mundo onde vivem, no meio do Cerrado. Mais precisamente, ela focaliza tanto a percepção de um território profundamente reconfigurado pela chegada do eucalipto nos últimos anos quanto a promoção e a reconfiguração da identidade geraizeira que essas mudanças têm provocado. Fruto de sua tese doutoral, realizada há dez anos, o estudo resume os dados de dez meses de pesquisa de campo com os produtores familiares dos Gerais no Norte de Minas e no Sul da Bahia, em articulação com a rede de instituições que atuam nessas regiões, como o Centro de Agricultura Alternativa (CAA). Assim, o leitor pode se beneficiar da dimensão fundamentalmente etnográfica desse ensaio, através dos extratos de narrativas e entrevistas colecionadas pela autora. Contudo, o livro propõe uma reflexão sobre um dos conceitos mais discutidos da antropologia brasileira – a identidade –, articulando-o com as categorias do espaço e do tempo. Além disso, a literatura faz-se presente neste trabalho, não só pelas referências que balizam o texto, mas também pela clareza, combinada com elegância, que caracteriza a sua escrita.

No primeiro capítulo, a autora traz uma perspectiva de longa duração sobre a história natural e humana do grande sertão das Minas e do Gerais, requalificado nas últimas décadas de bioma Cerrado: “não obstante a comprovada riqueza ecológica do bioma, sobre o Cerrado repousa um imaginário depreciativo de longa data, fruto de várias camadas superpostas de significação, que colocam essa paisagem em oposição a outras [...]. Antes o sertão em oposição ao litoral ou em termos locais, o Gerais e as Minas, hoje o Cerrado e a Floresta Amazônica” (:31). Assim, desde o início, o livro coloca-se no cruzamento entre a realidade do meio físico e as representações que esse território produz, dentro e fora dele. O *lugar* da reflexão é, justamente, o conceito de “lugar” – inspirado pelo famoso geógrafo

Yi-Fu Tuan – como a interação entre a percepção provocada por um *espaço* e o tipo de construção de um mundo que ele gera, em contrapartida, ao passar do *tempo*. Assim as grandes planícies dos Gerais, ocupadas por povos indígenas e vistas como pobres, foram investidas depois da colonização por grupos marginalizados procurando liberdade. Eles desenvolveram uma forma original de agricultura familiar, com um uso comum de algumas terras onde o gado era a produção principal. E assim nasceu uma identidade geraizeira: “desde então, Gerais, além de frequentemente referir-se a uma paisagem natural específica, indica um modo de uso, de apropriação comum, geral das terras, indica que elas não são particulares, mas gerais” (:57). As primeiras grandes mudanças nessa história agrícola ocorreram com a chegada do algodão, no século XIX. Mas a maior transformação desses espaços aconteceu nas últimas décadas, com os grandes projetos de modernização da região e a implantação das plantações de eucalipto.

Depois deste panorama histórico e bibliográfico, a autora volta-se justamente para o modo como essas rápidas mudanças foram percebidas pelos moradores, testemunhas delas nas suas próprias terras. A partir dos depoimentos compilados das “Rememranças”, título do segundo capítulo, ela consegue recompor a memória coletiva do mundo dos Gerais, modelado pelos valores do trabalho e da liberdade. Numa abordagem sintética, Mônica Nogueira descreve o tipo de relação que o coletivo geraizeiro tem tecido entre eles e a natureza, marcado pela reciprocidade: “assim é que os Geraizeiros se colocam em relações de reciprocidade com a natureza à sua volta, numa ‘ética de trocas de serviço entre a sociedade e a natureza’, à semelhança de suas relações sociais” (:96).

No meio da travessia, a autora abre um parêntese para esclarecer os marcos teóricos do seu trabalho no cruzamento entre geografia, filosofia e antropologia. O terceiro capítulo frisa os debates teóricos sobre os conceitos de identidade, etnicidade e território, até tecer essas três dimensões no caso dos Geraizeiros. A originalidade da abordagem aqui é, justamente, de olhar a identidade geraizeira como a combinação das relações estruturais entre um território e uma natureza – onde as afinidades de parentesco e vizinhanças têm levado a um certo uso do espaço e da terra – e das dinâmicas sociológicas provocadas na luta pela terra das últimas décadas. Então, pode-se estender a noção de etnicidade ao caso geraizeiro: “a resposta dada pelos Geraizeiros aciona atributos culturais, como recursos para afirmar a identificação do grupo com uma porção particular de natureza, sobre o qual reivindica direitos especiais” (:132). A identidade geraizeira – que se construiu em oposição com o grupo vizinho dos catingueiros e foi mal percebida durante muito tempo – renasce positivada no conflito, assimilando-se a outros grupos emergindo na luta, como os quilombolas e os indígenas.

Após este quadro conceitual central, o tom volta a ser mais discursivo no quarto capítulo, no qual a autora focaliza a percepção dos Geraizeiros sobre esse “tempo do encurralamento”, que dura até agora. Relembrando a história da chegada do eucalipto no projeto modernizador do Estado, Nogueira propõe uma narrativa desse confronto, tal como foi vivenciado nas suas ambiguidades. Depois de uma sedução pelas promessas de progresso e oportunidades que representava a implantação de grandes empresas de plantios nos Gerais, os atores entrevistados contam a brusca mudança da sua paisagem, a desapareção dos bichos com o uso massivo do fogo e, finalmente, a diminuição da água, acelerada pela escassez das chuvas. Em alguns anos, os moradores dos Gerais têm perdido o uso das suas terras, acabando de repente com o modo tradicional de sobrevivência nesse meio físico: “o encurralamento refere-se ainda à perda dos Gerais enquanto espaço de fruição da liberdade, fosse pela largueza de horizontes nessa paisagem alta e plana de campos, fosse por ser também espaço para a solta do gado e a cata de frutos silvestres” (:157).

O quinto e último capítulo permite entender como a degradação das qualidades naturais dos Gerais com a chegada do agronegócio em grande escala provocou, em contrapartida, a emergência da categoria dos Geraizeiros como sujeitos de direitos. Essa reação coletiva de defesa do território enraíza-se na história de mobilização nascida das comunidades eclesiais de base (CEBs) no tempo da ditadura, substituídas progressivamente pelo movimento socioambientalista. Mônica Nogueira mostra como os Geraizeiros souberam aproveitar a noção emergente de populações tradicionais para se mobilizar coletivamente na luta dos seus direitos pela terra. Fizeram isso apoiados por uma rede de instituições não governamentais, como o CAA, que permitiu sua articulação com outras comunidades da região, como os catingueiros, os vazanteiros e, sobretudo, os quilombolas e os indígenas Xacriabá, inventando novas tradições e ritos comuns. Mas a autora não deixa de fazer uma apreciação crítica dessas novas categorias, situando-as num processo mais amplo de politização das dimensões culturais, característica dos “novos movimentos sociais”, que valorizam a cultura e a diferença.

Ao final, essa monografia sobre os Geraizeiros permite entender como a hermenêutica de uma identidade coletiva faculta-se não só num eixo temporal, mas também na percepção espacial dos sujeitos. O objetivo aqui é mostrar o que acontece quando o meio físico é degradado tão rapidamente, diante do avanço de uma fronteira modernizadora. *Gerais a dentro a fora* enfrenta então um desafio ousado, mas hoje necessário: “procuro perscrutar o conflito vivenciado pelos Geraizeiros, com ênfase sobre a declaração de identidade, em última instância étnica, formulada pelo grupo em resposta a uma disputa territorial” (:132). Nesse

sentido, o estudo vai bem além dos Geraizeiros e arma uma estrutura conceitual para entender a situação das tantas outras populações ameaçadas, cujos “laços de coesão e solidariedade” são estreitados pela resistência.

A obra cumpre, assim, uma função política clara, oferecendo um quadro teórico e uma formulação científica a todos esses atores e instituições, para pensar a ação política que eles já têm e os processos sociais que estão em jogo. Deste modo, também oferece uma contribuição significativa às reflexões atuais mais amplas sobre as cosmopolíticas, desenvolvidas especialmente por Bruno Latour, Philippe Descola – que dialoga com a antropologia das percepções do meio ambiente de Eduardo Viveiros de Castro – e Tim Ingold. Será que existe um vínculo entre o modo de relação com o meio ambiente e a ecologia das relações políticas dentro de um coletivo? Por exemplo, vale destacar essa intuição de uma extensão das relações de reciprocidade dentro do coletivo Geraizeiro com os seres não humanos que povoam os Gerais. Na elegante concepção gráfica da nova coleção Mil Saberes, da Editora Mil Folhas, do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), só podemos lamentar a ausência de um sumário no livro, o que ajudaria a leitura. Mas, sobretudo pela sua abordagem multidisciplinar, o ensaio torna-se uma base sólida para qualquer novo estudo no Cerrado. Depois da viagem mística de Riobaldo, Mônica Nogueira permite-nos, finalmente, localizarmo-nos um pouco mais no Sertão.